

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (ARTIGO 16 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL)

Table with columns for N° DO EXPEDIENTE, EVENTO: PL REESTRUTURAÇÃO, CARGO: Servidores Inativos, ORGAO DE LOTACAO: HSPM, JORNADA: 40hs, PADRAO: NB, DEPARTAMENTO: QTD. CARGOS: 16, QTDE. MESES: 12. Includes sub-tables for ITENS DE VENCIMENTOS - VALORES UNITÁRIOS, CUSTO ANUAL - SITUAÇÃO ATUAL, and CUSTO ANUAL - SITUAÇÃO PROPOSTA.

Table with columns for DESPESA COM PESSOAL, MEDIA ACRESCIMO/22, 2022, 2023, 2024, 2022-2024. Includes rows for CALCULO DO IMPACTO MEDIO, VALOR DO 13° SALARIO, VALOR DE 1/3 DE FERIAS, SUB TOTAL - FOLHA, CONTRIBUICAO AO RPPS (6.1), CONTRIBUICAO AO RGPS (6.2), RECOLHIMENTO AO FGTS (6.3), PREVIDENCIA COMPLEMENTAR (6.4), SUB TOTAL ENCARGOS, and TOTAL.

Table with columns for AUXILIOS, MEDIA ACRESCIMO/22, 2022, 2023, 2024, 2022-2024. Includes rows for AUXILIO REFEICAO, AUXILIO-TRANSPORTE, AUXILIO-ALIMENTACAO, and TOTAL AUXILIOS.

Table with columns for CUSTO TOTAL, 102.475,96, 102.475,96, 114.375,41, 126.870,60, 343.721,97.

OBSERVAÇÕES: 1. Considerar os valores mínimos pagos ao servidor, dependendo de sua jornada, local de trabalho, etc.; 2. Considerar todos os valores a serem pagos, incluindo eventuais gratificações.

Estimativa de Impacto Orçamentário Financeiro - HSPM (051989422) SEI 6013.2021/0004557-6 / pg. 14

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (ARTIGO 16 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL)

Table with columns for N° DO EXPEDIENTE, EVENTO: PL REESTRUTURAÇÃO, CARGO: Servidores Ativos, ORGAO DE LOTACAO: HSPM, JORNADA: 40hs, PADRAO: NM, DEPARTAMENTO: QTD. CARGOS: 395, QTDE. MESES: 12. Includes sub-tables for ITENS DE VENCIMENTOS - VALORES UNITÁRIOS, CUSTO ANUAL - SITUAÇÃO ATUAL, and CUSTO ANUAL - SITUAÇÃO PROPOSTA.

Table with columns for DESPESA COM PESSOAL, MEDIA ACRESCIMO/22, 2022, 2023, 2024, 2022-2024. Includes rows for CALCULO DO IMPACTO MEDIO, VALOR DO 13° SALARIO, VALOR DE 1/3 DE FERIAS, SUB TOTAL - FOLHA, CONTRIBUICAO AO RPPS (6.1), CONTRIBUICAO AO RGPS (6.2), RECOLHIMENTO AO FGTS (6.3), PREVIDENCIA COMPLEMENTAR (6.4), SUB TOTAL ENCARGOS, and TOTAL.

Table with columns for AUXILIOS, MEDIA ACRESCIMO/22, 2022, 2023, 2024, 2022-2024. Includes rows for AUXILIO REFEICAO, AUXILIO-TRANSPORTE, AUXILIO-ALIMENTACAO, and TOTAL AUXILIOS.

Table with columns for CUSTO TOTAL, 4.161.948,55, 4.161.948,55, 6.293.174,32, 8.215.550,63, 18.670.673,49.

OBSERVAÇÕES: 1. Considerar os valores mínimos pagos ao servidor, dependendo de sua jornada, local de trabalho, etc.; 2. Considerar todos os valores a serem pagos, incluindo eventuais gratificações.

Estimativa de Impacto Orçamentário Financeiro - HSPM (051989422) SEI 6013.2021/0004557-6 / pg. 15

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (ARTIGO 16 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL)

Table with columns for N° DO EXPEDIENTE, EVENTO: PL REESTRUTURAÇÃO, CARGO: Servidores Inativos, ORGAO DE LOTACAO: HSPM, JORNADA: 40hs, PADRAO: NM, DEPARTAMENTO: QTD. CARGOS: 10, QTDE. MESES: 12. Includes sub-tables for ITENS DE VENCIMENTOS - VALORES UNITÁRIOS, CUSTO ANUAL - SITUAÇÃO ATUAL, and CUSTO ANUAL - SITUAÇÃO PROPOSTA.

Table with columns for DESPESA COM PESSOAL, MEDIA ACRESCIMO/22, 2022, 2023, 2024, 2022-2024. Includes rows for CALCULO DO IMPACTO MEDIO, VALOR DO 13° SALARIO, VALOR DE 1/3 DE FERIAS, SUB TOTAL - FOLHA, CONTRIBUICAO AO RPPS (6.1), CONTRIBUICAO AO RGPS (6.2), RECOLHIMENTO AO FGTS (6.3), PREVIDENCIA COMPLEMENTAR (6.4), SUB TOTAL ENCARGOS, and TOTAL.

Table with columns for AUXILIOS, MEDIA ACRESCIMO/22, 2022, 2023, 2024, 2022-2024. Includes rows for AUXILIO REFEICAO, AUXILIO-TRANSPORTE, AUXILIO-ALIMENTACAO, and TOTAL AUXILIOS.

Table with columns for CUSTO TOTAL, 34.612,38, 34.612,38, 45.609,84, 57.185,92, 137.408,14.

OBSERVAÇÕES: 1. Considerar os valores mínimos pagos ao servidor, dependendo de sua jornada, local de trabalho, etc.; 2. Considerar todos os valores a serem pagos, incluindo eventuais gratificações.

Estimativa de Impacto Orçamentário Financeiro - HSPM (051989422) SEI 6013.2021/0004557-6 / pg. 16

MUNICIPIO DE SAO PAULO - CONSOLIDADO EXECUTIVO RELATORIO DE GESTAO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/21 A MARÇO/21

Table with columns for DESPESA COM PESSOAL, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100.

Table with columns for RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (R), 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100.

Table with columns for RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (R), 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100.

EMERSON OLIVEIRA FERREIRA, GUILHERME BEZERRA DE CARVALHO, DANIEL GUSTAVO FALCÃO PIMENTEL DOS REIS, RICARDO MENDES PINTO

Demonstrativo Despesa de Pessoal 01.21 (052029471) SEI 6013.2021/0004557-6 / pg. 1

PROJETO DE LEI 01-00651/2021 do Executivo (Encaminhado à Câmara pelo Sr. Prefeito com o ofício ATL SEI nº 052415802) "Dispõe sobre a reorganização dos cargos de provimento em comissão, destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento no âmbito da Administração Pública Municipal Direta.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Art. 1º Os cargos de provimento em comissão, destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, ficam disciplinados nos termos desta lei. Parágrafo único. Para os fins desta lei, considera-se: I - CDA-Unitário: o valor de remuneração mensal correspondente ao Cargo de Chefia, Direção e Assessoramento - CDA de símbolo CDA-1;

II - Servidor: servidor efetivo ou admitido, ativos ou inativos, da Administração Pública do Município de São Paulo ou oriundos de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e Tribunal de Contas; III - Competências: funções relativas a determinado cargo, definidas em dispositivo legal, que determinam as obrigações e restrições a que o ocupante deve se ater no exercício do cargo em comissão. CAPÍTULO II DA CRIAÇÃO DO QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA - QC Art. 2º Fica criado o Quadro de Cargos em Comissão dos Órgãos da Administração Pública Municipal Direta - QC, composto de cargos de provimento em comissão destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, em conformidade com o Anexo I desta lei, onde se discriminam os símbolos, quantidade de CDA-unitário por símbolo, e quantidade de cargos por símbolo.

Parágrafo único. O Executivo definirá, mediante decreto, as denominações dos cargos de provimento em comissão de que trata o "caput" deste artigo. Art. 3º As competências dos cargos de provimento em comissão são as previstas no Anexo II desta lei. Parágrafo único. O Executivo poderá detalhar, mediante decreto, as competências dos cargos de provimento em comissão de que trata o "caput" deste artigo. Art. 4º São critérios gerais para a ocupação de cargos de provimento em comissão do "Quadro de Cargos em Comissão dos Órgãos da Administração Pública Municipal Direta - QC": I - idoneidade moral e reputação ilibada; II - perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo de provimento em comissão para o qual tenha sido indicado;

III - não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas em legislação e normatizações específicas. Parágrafo único. O provimento dos cargos em comissão será regido pelo critério de confiança. Art. 5º Os ocupantes de cargos de provimento em comissão do "Quadro de Cargos em Comissão dos Órgãos da Administração Pública Municipal Direta - QC" ficam submetidos à Jornada semanal de 40 (quarenta) horas de trabalho - J40. Parágrafo único. A jornada de trabalho de que trata este artigo não poderá ser cumprida em regime de plantão. Art. 6º Os cargos do "Quadro de Cargos em Comissão dos Órgãos da Administração Pública Municipal Direta - QC" comportarão substituição remunerada nos impedimentos legais e temporários do ocupante, por ato da autoridade competente. Parágrafo único. O substituto deverá atender as mesmas exigências e condições para o provimento do cargo em comissão e sua remuneração observará as diretrizes estabelecidas nesta lei. CAPÍTULO III DA REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO Art. 7º Os ocupantes de cargos de provimento em comissão do "Quadro de Cargos em Comissão dos Órgãos da Administração Pública Municipal Direta - QC", que não mantêm outro vínculo funcional com a Prefeitura do Município de São Paulo, serão remunerados pelo regime de subsídio, compreendendo os símbolos e os valores constantes do Anexo III desta lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo também se aplica: I - aos servidores ou empregados oriundos de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando afastados da origem com prejuízo da remuneração; II - aos servidores ou empregados da Administração Indireta da Prefeitura do Município de São Paulo, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e da Câmara Municipal de São Paulo, quando afastados da origem com prejuízo da remuneração; III - aos inativos. Art. 8º O servidor efetivo e o admitido ativos da Prefeitura do Município de São Paulo, ocupante de cargo de provimento em comissão do "Quadro de Cargos em Comissão dos Órgãos da Administração Pública Municipal Direta - QC" fará jus ao recebimento de adicional correspondente a 30% (trinta por cento) do valor do respectivo símbolo constante do Anexo III desta lei. § 1º O disposto neste artigo também se aplica: I - aos servidores ou empregados oriundos de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando afastados da origem sem prejuízo da remuneração; II - aos servidores ou empregados da Administração Indireta da Prefeitura do Município de São Paulo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e da Câmara Municipal de São Paulo, quando afastados da origem sem prejuízo da remuneração.

§ 2º O servidor submetido a Jornada inferior à 40 horas semanais de trabalho em razão do cargo efetivo ou de função, enquanto no exercício de cargos de provimento em comissão do "Quadro de Cargos em Comissão dos Órgãos da Administração Pública Municipal Direta - QC", terá a remuneração incluída, automaticamente, na Tabela da Jornada de 40 (quarenta) horas semanais - J-40, prevista para o respectivo cargo efetivo ou função. Art. 9º Sobre a remuneração e o adicional de que tratam os artigos 7º e 8º não incidirá vantagem alguma a que faça jus o servidor, vedada, assim, sua utilização, sob qualquer forma, para cálculo simultâneo que importe acréscimo de outra vantagem pecuniária. Parágrafo único. Aos ocupantes de cargos de provimento em comissão de que trata esta lei é vedada a concessão: I - da Gratificação de Gabinete, a que se refere o inciso I do artigo 100 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979; II - da Verba de Representação instituída pelo artigo 116 da Lei nº 11.511, de 19 de abril de 1994.

Art. 10. São compatíveis com o regime de remuneração por subsídio e com o adicional, previstos nos artigos 7º e 8º desta lei, no que couberem, as parcelas remuneratórias de caráter não permanente, transitórias ou eventuais e as indenizatórias, elencadas no Anexo IV desta lei. Parágrafo único. As parcelas relativas ao exercício de cargo de provimento em comissão poderão ser incluídas na base de contribuição previdenciária por opção expressa do servidor, nos termos do § 2º e do § 4º, do art. 1º da Lei nº 13.973, de 12 de maio de 2005. Art. 11. A remuneração e o adicional previstos nesta lei não se incorporarão à remuneração do servidor e nem a ela se tornarão permanentes, para quaisquer efeitos. CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 12. Serão ocupados exclusivamente por servidores os seguintes Cargos de Chefia, Direção e Assessoramento - CDA do "Quadro de Cargos em Comissão dos Órgãos da Administração Pública Municipal Direta - QC", em relação ao total de cargos ocupados, sendo no mínimo: I - 20% (vinte por cento) dos cargos em comissão CDA-6; II - 30% (trinta por cento) dos cargos em comissão CDA-5; III - 40% (quarenta por cento) dos cargos em comissão CDA-4; IV - 45% (quarenta e cinco por cento) dos cargos em comissão CDA-3; V - 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão CDA-1 e CDA-2. Parágrafo único. A Administração Pública Municipal Direta deverá se adequar aos percentuais de ocupação previstos no "caput" deste artigo até 31 de dezembro de 2022.

Art. 13. Serão extintos na vacância, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, os cargos de provimento em comissão do Quadro dos Profissionais da Administração da Prefeitura do Município de São Paulo, constantes do Anexo I, Tabela "A" - Cargos de Provimento em Comissão, Grupo-5, da Lei nº 11.511, de 19 de abril de 1994, e legislação subsequente. Parágrafo único. Excetuem-se da extinção prevista no "caput" deste artigo os cargos em comissão e funções de confiança do nível de direção superior previstos na Lei nº 15.509, de 15 de dezembro de 2011, e legislação subsequente. Art. 14. Serão extintos os cargos constantes do Anexo III e das Tabelas "B" e "C" do Anexo XV, ambos da Lei nº 17.433, de 29 de julho de 2020, que prevê a transferência para a Administração Direta. Parágrafo único. Excetuem-se do disposto no caput deste artigo os cargos de Chefe de Gabinete, Ref. CHG, constantes do Anexo III e da Tabela "C" do Anexo XV, da Lei nº 17.433, de 2020. Art. 15. Os órgãos da Administração Pública Municipal Direta deverão apresentar à Secretaria de Governo Municipal - SGM proposta de reestruturação administrativa, a fim de adequarem suas estruturas organizacionais e distribuição dos cargos de provimento em comissão ao "Quadro de Cargos em Comissão dos Órgãos da Administração Pública Municipal Direta - QC", ora criado. Art. 16. A extinção de cargos de que tratam os artigos 13 e 14 e a criação prevista no artigo 2º desta lei somente produzirão efeitos a partir da data de entrada em vigor dos decretos que aprovarem as estruturas organizacionais e respectivas lotações dos Cargos de Chefia, Direção e Assessoramento - CDA, constantes do Anexo I desta lei.

